

TRABALHO E CIDADANIA NOS ESCRITOS DE ANDRÉ GORZ *

Josué Pereira da Silva

Existe hoje em diversos países um intenso debate político e teórico sobre a crise da sociedade industrial contemporânea, concebida como sociedade baseada no trabalho. Assim, embora não exista propriamente uma unanimidade – entre os cientistas sociais – a respeito da natureza de tal crise, não é possível negar, entretanto, que existe um discurso da crise, o qual vem ocupando um lugar cada vez mais importante na agenda das ciências sociais nesses últimos trinta anos. Dentre os autores envolvidos neste debate, André Gorz é sem dúvida um dos que mais tem se destacado tanto pela forma sistemática de suas análises quanto pela originalidade de suas propostas para sair da crise. O objetivo do presente artigo é apresentar, em linhas gerais, os principais argumentos de Gorz a respeito da natureza da crise atual, assim como suas propostas para a superação da mesma.

I

Uma leitura cuidadosa dos principais escritos de Gorz, publicados entre 1958 e 1994, permite identificar um importante ponto de inflexão na evolução de seu pensamento, o qual justifica plenamente uma divisão do corpo de sua produção intelectual em duas fases distintas.

Na primeira fase, representada pelos livros e artigos que publicou até o início dos anos setenta, o problema da alienação aparece como uma

1 Este artigo é uma versão ligeiramente modificada de uma comunicação apresentada no Congresso da ANPOCS, em novembro de 1994.

preocupação central do autor e é discutido tanto do ângulo individual quanto do social. Assim, se num primeiro momento a alienação é tratada a partir do indivíduo, em sua relação com a história progressa, com o corpo, com o meio ambiente e com a sociedade; num segundo momento, o autor transfere a discussão da problemática da alienação para a própria sociedade, onde já não é mais o indivíduo isolado mas os grupos ou classes sociais que passam a ocupar o centro de sua atenção. Em ambos os casos, seguindo a tradição fenomenológica, a problemática da consciência é fundamental, só que no primeiro é o indivíduo isolado que se debate na busca da consciência da sua situação como indivíduo num mundo alienado, enquanto no segundo quem luta para adquirir consciência é a classe social, mais especificamente a classe operária.

Aqui a influência de Marx, especialmente através dos manuscritos de 1844, junta-se à influência de Sartre para fornecer os elementos essenciais do marxismo existencialista de Gorz, para o qual o conceito de alienação aparece como o mais importante instrumento de crítica social.

Ou seja, o conceito de alienação é o principal instrumento teórico ao qual Gorz recorre para elaborar uma estratégia política capaz de tirar a classe operária do impasse criado pelos sucessos do “*welfare state*” keynesiano. Assim, partindo de um diagnóstico no qual considerava-se que nas sociedades industriais desenvolvidas o padrão de vida da classe operária estava acima da linha de miséria e que por essa razão a luta contra a miséria não podia mais ser tomada como uma fonte da qual brotaria automaticamente a consciência de classe, Gorz afirmava então que o problema da alienação, particularmente no local de trabalho, na fábrica, era o eixo em torno do qual se devia construir uma estratégia de reformas revolucionárias que conduzisse à transformação social.

Dessa forma, ligando a alienação na esfera da produção à alienação na esfera do consumo, Gorz sustentava que a alienação não pode ser eliminada em apenas uma das duas mencionadas esferas. Mas, apesar de assumir que era impossível eliminar a alienação em uma esfera da sociedade sem que simultaneamente se fizesse o mesmo em outras, ele elege a esfera da produção como o ponto de partida privilegiado a partir do qual se deveria iniciar a luta contra a mesma.

Essa primazia que Gorz atribui à esfera da produção está relacionada, por outro lado, ao lugar determinante que a categoria trabalho ocupava na estrutura de sua teoria ao mesmo tempo que revela a extensão de seu apego ao chamado paradigma do trabalho. Portanto, a teoria de Gorz nesse período baseava-se nos dois seguintes pressupostos interligados: primeiro, a sociedade podia ser vista através do modelo da fábrica; e, segundo, que a classe operária era o único sujeito capaz de liderar uma transformação social. Esta é a razão

pela qual o local de trabalho (a fábrica) aparecia, não só como a arena mais importante na luta contra o capital pelo controle do processo de trabalho, mas também como o espaço onde o fim da alienação podia ser inicialmente viabilizado.

II

Mas a partir do final dos anos setenta Gorz abandona esse modelo de sociedade unificado em torno da categoria trabalho e passa a defender um modelo de sociedade baseada em duas esferas diferenciadas e autônomas e no qual o trabalho não é mais uma categoria hegemônica, nem o proletariado o único sujeito capaz de liderar uma transformação social (Silva, 1993). Na verdade, essa concepção de sociedade baseada no modelo do trabalho começa a ser abandonada já na metade dos anos 70 com a publicação de alguns escritos sobre ecologia (Gorz, 1978), mas é somente em 1980 com *Adeus ao Proletariado* que essa mudança de concepção ganha forma definitiva.

As razões que fundamentam essa mudança de concepção são basicamente duas. Em primeiro lugar, a *divisão macro-social do trabalho* que impede o proletariado, individual ou coletivamente, de se apropriar de um aparato social produtivo caracterizado por instituições complexas e sem nenhuma transparência (Gorz, 1980). Por outro lado, o reconhecimento de que a divisão do trabalho não pode ser eliminada significa admitir que a alienação não pode ser também eliminada, já que, segundo o próprio Gorz, a última resulta da primeira (Gorz, 1973).

Com base na análise desenvolvida por Weber, Gorz afirma que à medida que as organizações se tornam mais diferenciadas e complexas, os indivíduos que exercem tarefas especializadas se tornam menos capazes de dominá-las. Uma vez iniciado, esse processo adquire a capacidade de se desenvolver de acordo com uma dinâmica na qual a crescente diferenciação conduz a uma crescente burocratização, levando por fim à formação do que ele chama de esfera da heteronomia, definida por ele como “o conjunto de atividades especializadas que os indivíduos têm de cumprir como funções coordenadas do exterior por uma organização pré-estabelecida” (Gorz, 1988:49).

Ora, tanto o movimento da classe operária quanto os regimes do socialismo real acreditavam na possibilidade de reverter as tendências em direção à especialização e à burocratização. Para ambos, a apropriação coletiva dos meios de produção “deveria realizar a coincidência dos objetivos individuais com os fins coletivos, dos interesses de cada um com os interesses de todos” (Gorz, 1980:56). Eles imaginavam que as tarefas coletivas se tornariam tão cativantes que as formas particulares de incentivo perderiam todo o sentido, de forma que “a integração funcional seria vivida e desejada

por cada um como uma integração social” (Gorz,1980:56).

Todavia, segundo Gorz, a coincidência entre integração social e integração funcional provou ser impossível: em parte devido ao pressuposto de que os objetivos coletivos e a divisão de tarefas seria o resultado das decisões coletivas de produtores associados. Este postulado não levou em consideração que as dimensões, a complexidade e a rigidez do aparato produtivo e das unidades econômicas individuais poderiam impedir a possibilidade de colaboração entre grupos, sub-grupos e equipes de trabalhadores especializados. A crescente divisão de tarefas, requerida para o funcionamento de grandes aparatos industrial-burocráticos, desenvolve, por inércia, uma dinâmica que se autoperpetua. Como a definição e distribuição dessas tarefas são determinadas pela matriz da megamáquina, torna-se impossível reinterpretar esse processo de funcionalização em termos de colaboração social, de forma que a integração funcional de indivíduos impede sua integração social. Assim, o modelo de organização baseado na divisão de tarefas não pode apelar para a consciência profissional ou para o espírito de cooperação dos trabalhadores.

O importante a reter aqui, segundo Gorz, é que o ‘espírito do capitalismo’ cortou o vínculo entre trabalho e vida. Já que com isso, a possibilidade de unir trabalho e vida, assim como de fazer coincidir os interesses dos indivíduos com os da sociedade desaparecem, fazendo com que o trabalho perca o poder, que antes lhe era atribuído, tanto de exercer a função de integrar os indivíduos socialmente quanto de exercer o papel de categoria unificadora das relações sociais. A partir daí, a idéia de uma totalização da realidade social através da categoria trabalho - definida como uma atividade a ser exercida na esfera pública, com capacidade para criar valor de uso e valor de troca, e que, sobretudo, tem o tempo como critério de medida de produtividade (Gorz,1988) - perde completamente o sentido.

Em segundo lugar, pode-se falar da revolução microeletrônica, que, segundo Gorz, tende a eliminar todo trabalho que envolve um contato direto com a matéria, assim como a própria classe operária:

A revolução microeletrônica inaugura a era de abolição do trabalho. E essa última deve ser compreendida num duplo sentido: a) a quantidade de trabalho necessário decresce rapidamente até se tornar marginal na maior parte das produções materiais e das atividades de organização; b) o trabalho não implica mais num face a face do trabalhador com a matéria. A transformação desta não resulta de uma atividade imediata completa e soberana (Gorz,1983:73).

A não compreensão dessa nova realidade tem levado muitos teóricos e políticos a tratarem a atual crise de desemprego como se fosse um fenômeno acidental e temporário na vida do desempregado. A eliminação do trabalho significa desemprego, crescente e irreversível; enquanto a convivência forçada com o desemprego permanente faz com que os desempregados ou trabalhadores temporários percam o próprio sentimento de pertencer a uma classe (trabalhadora). Por outro lado, a sociedade tem se mostrado incapaz de solucionar o problema do desemprego fornecendo trabalho em tempo integral para a maioria de marginalizados. E a persistência do antigo padrão de trabalho em tempo integral só tem contribuído para aprofundar a divisão no mercado de trabalho entre um cada vez menor grupo de (privilegiados) trabalhadores em tempo integral e uma (crescente) maioria de desempregados, trabalhadores temporários e/ou em tempo parcial.

A solução para esse problema só pode ser, segundo Gorz, uma distribuição do trabalho social existente entre todos os indivíduos em condições de e com disposição para trabalhar, o que somente poderia ser alcançada através de uma redução geral e planejada do tempo de trabalho. Por outro lado, uma redução contínua do tempo de trabalho contribuiria para que o tempo livre se tornasse dominante e mais importante socialmente que o tempo de trabalho. E com isso, ao invés de uma sociedade baseada no trabalho, teríamos uma sociedade baseada no tempo livre. Este é, segundo Gorz, o único projeto de sociedade capaz de reter o conteúdo ético da utopia socialista.

III

Apesar de existir uma certa convergência entre alguns teóricos de esquerda sobre a necessidade de reduzir o tempo de trabalho, há entretanto muita polêmica sobre as formas e os meios para se reduzir o tempo de trabalho. A seguir apresento uma análise de cinco dos pontos polêmicos colocados para uma política de redução do tempo de trabalho (Gorz, 1988; 1991).

O primeiro problema é saber se a redução do tempo de trabalho deverá ser igual para todos ou diferenciada. Até agora, a redução do tempo de trabalho tem ocorrido de forma diferenciada e seletiva, o que tem levado a novas formas de diferenciação e exclusão sociais, resultando portanto em crescente desigualdade social. Dessa forma, para Gorz, as reduções no tempo de trabalho – com compensação salarial total ou parcial – não devem ser condicionadas aos ganhos de produtividade em setores ou empresas particulares. Isto porque o objetivo de uma política de redução do tempo de trabalho é reduzir e não promover as desigualdades sociais, além disso ela deve conduzir à redistribuição da força de trabalho entre os diferentes setores. Já que esta redistribuição não ocorrerá espontaneamente, torna-se necessário

uma política planejada que promova, ao mesmo tempo, a redução do tempo de trabalho e a redistribuição do trabalho existente. Uma estratégia efetiva para reduzir o tempo de trabalho “supõe uma política de previsão e uma política de formação, planejadas em função de datas-objetivos: por exemplo, a redução da duração do trabalho por estágios de quatro horas a cada quatro anos” (Gorz, 1988:234).

O segundo problema é saber se tal redução deve ser generalizada ou seletiva. Uma redução generalizada do tempo de trabalho aponta para um projeto de sociedade no qual os dois objetivos seguintes estão necessariamente inter-relacionados:

- a) que todos trabalhem cada vez menos para que todos possam trabalhar e desenvolver fora de seu trabalho as potencialidades pessoais que não podem se expandir dentro do mesmo; b) que uma proporção bem mais importante da população possa ter acesso às atividades profissionais qualificadas, complexas, criativas, responsáveis que lhes permitam evoluir e se renovar continuamente (Gorz, 1988:235).

Na verdade, nessas últimas atividades a produtividade cresce menos rapidamente que naquelas caracterizadas pela especialização. No entanto isso seria compensado pelo simples fato de que é nessas atividades especializadas que a redução do tempo de trabalho pode criar mais postos de trabalho e tornar possível a democratização das competências. Para Gorz, a democratização das competências tem enfrentado a resistência das elites profissionais, cujo objetivo é manter seus privilégios baseados no monopólio das competências e na glorificação do trabalho em tempo integral.

O terceiro problema diz respeito às formas assumidas pela redução do tempo de trabalho. Com base no modelo de autogestão do tempo proposto no livro *La révolution du temps choisi* (1980) do grupo Echanges et Projets, Gorz afirma que uma redução rígida e uniforme do tempo de trabalho seria a forma menos efetiva de se liberar o tempo, de forma que a dessincronização das horas de trabalho e dos períodos de trabalho se torne uma indispensável pré-condição para a redistribuição do trabalho. Segundo esse tipo de raciocínio, enquanto uma redução fracionada do tempo de trabalho de umas poucas horas por semana tende a promover um lazer passivo, uma redução que libera longos períodos de tempo pode permitir que o tempo liberado seja usado para alcançar propósitos mais enriquecedores. Muito embora não haja a possibilidade imediata de uma autogestão generalizada do tempo em termos de jornada diária ou semanal de trabalho, Gorz acredita que “o trabalho

intermitente à escala do mês ou do ano... pode ser generalizada e deverá sê-lo por tornar possível uma política de tempo liberado” (Gorz, 1988:243).

O quarto problema é saber se a redução do tempo de trabalho acarretaria ou não perda de renda. Ora, apesar de se verificar que um crescente montante de riqueza tem sido criado com uma quantidade cada vez menor de trabalho, nem a riqueza crescente nem o tempo de trabalho economizado tem sido distribuído igualmente ao conjunto da sociedade. Dessa forma, uma política voltada para a redução do tempo de trabalho deverá ter como objetivo beneficiar o conjunto da população através de uma distribuição tanto da crescente riqueza quanto do tempo disponível para toda a sociedade. Isto significa, em outras palavras, que a redução do tempo de trabalho não deve implicar em perda de renda. Embora a compensação salarial integral não coloque problemas insolúveis no plano macroeconômico, há alguma dificuldade sobretudo quando se transfere a discussão para o plano microeconômico (Gorz, 1988:245). Mas a aparente dificuldade se deve, segundo Gorz, ao fato de os sindicatos tomarem a realidade das empresas como ponto de partida e, a partir daí, conceberem a redução do tempo de trabalho como uma medida momentânea para redistribuir entre a população uma certa quantidade de trabalho e de dinheiro. Ora, dificilmente as empresas aceitariam pagar salários constantes por quantidades decrescentes de trabalho porque isto acarretaria distorção nos preços relativos. No entanto, esse problema pode ser resolvido com a criação de um ‘segundo cheque’, o qual “deverá remunerar as horas liberadas do trabalho à mesma tarifa que se remunera as horas trabalhadas” (Gorz, 1988:247).

O primeiro autor a elaborar a noção de *segundo cheque* foi Guy Aznar (1981 e 1990), que o concebe como um complemento ao primeiro cheque resultante do salário pago pelo empregador ao empregado. Dessa forma, o segundo cheque não deve ser entendido como um salário para o desempregado ou mesmo uma renda complementar para os mais pobres, mas como meio de promover a distribuição do trabalho através do financiamento da redução do tempo de trabalho. Portanto, para Aznar, aqueles indivíduos que não trabalham ou que trabalham em regime de tempo integral não podem ser beneficiários do segundo cheque, o qual é destinado apenas para as pessoas que trabalham em regime de tempo parcial. Ou seja, seu objetivo não é a distribuição de renda, mas a distribuição de trabalho. Aznar distingue três tipos de segundo cheque de acordo com a origem dos recursos utilizados para financiá-lo. O primeiro tipo é o segundo cheque *social*, cujo financiamento advém das contribuições fiscais e das dotações para o desemprego; o segundo tipo ele chama de *capital* porque suas fontes de financiamento devem ser o melhor uso de máquinas e equipamentos de capital, conseguido através de uma redução do tempo de trabalho do trabalhador e

de um aumento do tempo de utilização das máquinas e equipamentos, permitindo com isso o emprego de uma segunda equipe de trabalhadores; já o terceiro tipo – denominado segundo cheque de *crescimento* – será financiado através da distribuição do tempo liberado resultante do crescimento coletivo, ou seja ele consiste numa distribuição de renda que tem como objetivo reduzir o tempo de trabalho.

O quinto ponto a ser discutido é a relação entre ‘direito à renda’ e ‘direito ao trabalho’. Essa questão é importante, segundo Gorz, porque é a partir dela que se torna possível estabelecer uma distinção entre uma alternativa de esquerda e uma de direita. Para Gorz, a renda mínima garantida na sua versão de direita parte do pressuposto de que “há pessoas que trabalham e ganham bem suas vidas e outras que não trabalham porque não há lugar para elas no mercado de emprego ou porque elas são... incapazes de trabalhar” (Gorz, 1988:256-257). Na medida em que não há solidariedade entre estas duas camadas sociais, o Estado é chamado a intervir para corrigir as distorções, através da transferência de renda da primeira para a segunda camada social. Cedo ou tarde, porém, a legitimidade dessa transferência é contestada: “O Estado será sempre suspeito de favorecer o parasitismo e a preguiça” (Gorz, 1988:257). Além disso, a renda mínima garantida é um paliativo cujo objetivo é apenas proteger “os indivíduos contra a decomposição da sociedade baseada no trabalho assalariado sem desenvolver uma dinâmica social que lhes abra perspectivas emancipadoras para o futuro” (Gorz, 1988:257-8). Assim, para os partidários (de direita) dessa solução, a renda mínima garantida é concebida para ser distribuída na forma de um imposto negativo e tem o objetivo de tornar o desemprego e suas consequências socialmente aceitáveis.

Para seus partidários de esquerda, por outro lado, ao invés de um salário desemprego ou caridade para os marginalizados, a renda mínima garantida é concebida como “o direito que tem cada cidadão de receber, *repartir sobre sua vida inteira*, o produto da quantidade mínima de trabalho necessário que ele fornece ao longo de toda sua vida” (Gorz, 1983:89). Dessa forma, Gorz sustenta que a renda mínima garantida não deve ser pensada como independente do trabalho socialmente necessário: “Não é do trabalho enquanto tal, mas da duração do trabalho que a renda deve se tornar independente” (Gorz, 1988:256). Seu objetivo não é garantir uma renda para os marginalizados da sociedade, mas sim criar condições para que a população possa trabalhar menos e em melhores condições.

Para Gorz, porém, a idéia de prover cada indivíduo com uma renda independente da quantidade de trabalho requer a elaboração de novos conceitos – como o de renda social, elaborado pelo economista sueco Gustav Rehn – capazes de dar conta de uma situação na qual não é mais a atividade de

trabalhar que merece ser remunerada, mas sim a própria vida. Segundo Gorz, a noção de *renda social*, aponta para as “necessidades não mais do *trabalhador*, mas do *cidadão*” (Gorz, 1983:92), já que em tal caso não existe ligação alguma entre a renda recebida e a quantidade de trabalho que o indivíduo fornece à sociedade.

IV

Mas o fato de o tempo livre tender a se tornar mais importante que o tempo de trabalho não significa em absoluto que este último possa ser completamente eliminado nem que a esfera da heteronomia (ou necessidade) venha a desaparecer. Na verdade, à medida que o tempo de trabalho se torna cada vez mais reduzido é possível adquirir uma maior autonomia dentro da esfera da heteronomia: “O mesmo trabalho que... é corveia quando efetuado cotidianamente e em tempo integral, torna-se um tempo entre outros quando, distribuído ao conjunto da população, ocupa apenas quinze minutos ao dia” (Gorz, 1980:146). Todavia, mesmo ocupando um lugar residual na vida dos indivíduos, essa esfera da heteronomia nunca será totalmente eliminada.

A ênfase no indivíduo como um requisito fundamental para a existência da esfera da autonomia não significa portanto uma negação da outra esfera da sociedade (a da heteronomia). Aliás, como o próprio Gorz escreve, “a moralização não exige necessariamente a supressão da esfera da heteronomia; ela exige apenas sua subordinação à esfera da autonomia” (Gorz, 1980:134). Assim, baseando-se na distinção feita por Marx entre o reino da liberdade e o reino da necessidade, Gorz defende portanto um modelo de sociedade dualista: “Não há solução possível que não seja dualista, pela organização de um espaço social descontínuo, comportando duas esferas distintas e uma vida ritmada pela passagem de uma à outra” (Gorz, 1980:135).

No esquema conceitual de Gorz, a esfera da heteronomia inclui duas atividades heterônomas diferentes: uma que é formada pelas exigências necessárias à produção social (aparelho de produção) e outra que se refere ao funcionamento da sociedade como um sistema (aparelho de administração). Partindo portanto de uma concepção de sociedade definida como uma dualidade formada por duas esferas separadas – a esfera da autonomia (ou liberdade) e a esfera da heteronomia (ou necessidade) –, Gorz argumenta, seguindo Marx, que o reino da liberdade será conquistado através da “redução da duração do trabalho e dos esforços requeridos pela produção do necessário” (Gorz, 1980:135). A convivência necessária entre essas duas esferas da sociedade resulta, de um lado, da impossibilidade de eliminar completamente o trabalho socialmente necessário e, de outro lado, da suposição de que esse último seria menos alienante se reduzido a uma quantidade residual de tempo.

Assim, a restrição da racionalidade econômica através da redução do tempo de trabalho é entendida como um importante passo nessa direção:

À medida, com efeito, que aumenta a quantidade do tempo disponível, o tempo de não-trabalho pode deixar de ser o *oposto* do tempo de trabalho... À medida que aumenta o tempo disponível, desenvolvem-se a possibilidade e a necessidade de o estruturar através de outras atividades e de outras relações nas quais os indivíduos desenvolvem suas faculdades de forma diferente, adquirem outras capacidades, conduzem um estilo de vida diferente. O local de trabalho e o emprego podem então deixar de ser os únicos espaços de socialização e as únicas fontes de identidade social; o domínio do além-trabalho pode deixar de ser o domínio do privado e do consumo... Uma nova relação, inversa, entre tempo de trabalho e tempo disponível tende então a se estabelecer: as atividades autônomas podem se tornar preponderantes com relação à vida de trabalho, a esfera da liberdade com relação à da necessidade. O tempo da vida não terá mais que ser gerido em função do tempo de trabalho; é o trabalho que deverá encontrar seu lugar, subordinado, num projeto de vida (Gorz,1988:118-119).

Neste sentido, em lugar do antigo modelo de autogestão da produção, que caracterizava seus escritos dos anos sessenta, aparece um modelo de autogestão do tempo (livre). Para Gorz, porém, mesmo se tornando quantitativamente menos importante que o tempo livre, o tempo a ser dedicado ao trabalho social jamais desapareceria, de forma que sua concepção de uma sociedade baseada em tempo livre somente pode ser pensada no interior de um modelo de sociedade dual.

BIBLIOGRAFIA:

ARENDT, Hannah (1958) – *The Human Condition*, Chicago: University of Chicago Press.

AZNAR, Guy (1981) – *Tous à mi-temps!*, Paris: Editions du Seuil.

————— (1990) - *Le travail, c'est fini*, Paris: Pierre Belfon.

BELL, Daniel (1976) - *The Coming of Post-Industrial Society*, New York: Basic Books.

DAHRENDORF, Ralf (1992) - *O Conflito Industrial Moderno*, São Paulo: Zahar/Edusp.

EDER, Klaus (1992) - "Culture and Crisis: Making Sense of the Crisis of the Work Society", *Theory of Culture*, Richard Munch and Neil J. Smelser (editors), Berkeley: University of California Press.

GORZ, André (1959) - *La Morale de L'Histoire*, Paris: Editions du Seuil.

————— (1964) - *Stratégie Ouvrière et Néocapitalisme*, Paris: Editions du Seuil.

————— (1967) - *Le Socialisme Difficile*, Paris: Editions du Seuil.

————— (1969) - *Réforme et Révolution*, Paris: Editions du Seuil.

————— (1973) - *Critique de la division du travail*, Paris: Editions du Seuil.

————— (1977) - *Fondements pour une morale*, Paris: Editions Galilée.

————— (1978) - *Ecologie et Politique* (augmentée), Paris: Editions du Seuil.

————— (1980) - *Adieux au Proletariat. Au de-là du socialisme*, Paris: Editions Galilée.

————— (1983) - *Les Chemins du Paradis. L'agonie du capital*, Paris: Editions Galilée.

————— (1988) - *Métamorphoses du Travail. Quête du sens. Critique de la raison économique*, Paris: Editions Galilée.

————— (1991) - *Capitalisme, Socialisme, Ecologie: désorientations, orientations*, Paris: Editions Galilée.

- KONIG, Helmut (1994) - "A crise da sociedade de trabalho e o futuro do trabalho: crítica de um debate atual", em *Teorias de Educação do Iluminismo, Conceitos de Trabalho e do Sujeito*, Werner Markert (org.), RJ: Tempo Brasileiro.
- KURZ, Robert (1992) - *O Colapso da Modernização*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- OFFE, Claus (1985) - *Disorganized Capitalism*, Cambridge: Ma, MIT Press.
- (1989) - *Trabalho & Sociedade - Problemas Estruturais e Perspectivas para o futuro da Sociedade do Trabalho*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- SILVA, Josué Pereira da (1993) - *Alienation, Work and Utopia: A Study of the Thought of André Gorz*, these de PhD, New York: The Graduate Faculty, New School for Social Research.
- WEBER, Max (1958) - *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, New York: Charles Scribner's Sons.
- (1978) - *Economy and Society*, Berkeley: University of California Press. 2 vols.